

MEMÓRIA E A DITADURA NO BRASIL: O DOCUMENTÁRIO COMO TESTEMUNHO CONTRA O ESQUECIMENTO

Memory and the dictatorship in Brazil: the documentar as a witness against forgetting

Memoria y ditadura em Brasil: el documental como testimonio contra el olvido

Beatriz Couto¹
Lucas Missau²

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i26.13826

Resumo: Este artigo busca compreender a relação entre o documentarista e o papel do testemunho como forma de lidar/combater o esquecimento em períodos de regimes políticos autoritários, neste caso, a Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985). Para isso utilizamos os documentários *Marighella* (2012), *Os dias com ele* (2013) e *Diário de uma busca* (2010) e as entrevistas realizadas entre julho e agosto de 2020 com as diretoras dos respectivos filmes como objetos dessa discussão.

Palavras-chave: Memória. Esquecimento. Testemunho. Ditadura Civil Militar. Documentário.

Abstract: This article seeks to understand the relationship between the documentary filmmaker and the role of testimony as a way of dealing/combating oblivion in periods of authoritarian political regimes, in this case, the Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985). For this, we used the documentaries *Marighella* (2012), *Os dias com ele* (2013) and *Diário de uma Busca* (2010) and the interviews carried out between July and August 2020 with the directors of respective films as objects of this discussion.

Keywords: Memory. Forgetting. Testimony. Civil Military Dictatorship. Documentary.

Resumen: Este artículo busca comprender la relación entre el documentalista y el papel del testimonio como una forma de lidiar/combater el olvido en períodos de regímenes políticos autoritarios, en este caso, la Dictadura Cívico-Militar en Brasil (1964-1985). Para ello, utilizamos los documentales *Marighella* (2012), *Os dias com ele* (2013) de y *Diário de uma Busca* (2010) y las entrevistas realizadas entre julio y agosto de 2020 a la directores de las respectivas películas como objeto de esta discusión.

Palabras-clave: Memoria; Olvido. Testimonio. Dictadura Civil Militar. Documental.

¹ Mestranda, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. beatriz.nogueira.couto@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9554-6713>.

² Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. lucasmisau@ufsm.br | <https://orcid.org/0000-0002-9719-7772>.

Introdução

A memória oficial, conhecida também como memória coletiva, é para Le Goff (1990) não somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Já para Michael Pollack (1989), as memórias subterrâneas são consideradas as memórias das pessoas, que normalmente são marginalizadas pela memória oficial. O esquecimento é um processo decorrente desse embate entre a memória oficial e subterrânea.

Em 1968, sob o governo do presidente marechal Costa e Silva, a Ditadura Militar no Brasil escalava ao ápice das práticas institucionalizadas de violência. Com a vigência do Ato Institucional nº 5, a censura, as torturas, o desaparecimento de pessoas e a ocultação de corpos se tornaram práticas corroboradas e promovidas pelo Estado para a aplicação opressiva e corrupta de sistemas de controle sociais.

O Brasil, no entanto, nunca de fato condenou nenhum torturador, pelo contrário, permitiu o auto perdão. Ainda que muitas vítimas desse regime cruel continuem lutando para que as atrocidades cometidas a elas e a outros não sejam esquecidas, muitos relatos são perdidos e permanecem marginalizados.

O testemunho das vítimas da ditadura civil militar e de seus familiares colabora para que a barreira entre os sobreviventes e os outros que não fizeram parte desse momento seja quebrada. Além de ser uma forma de resistência para as vítimas da ditadura civil militar, o testemunho acaba sendo também uma forma de encontrar a paz após um evento traumático.

Discutimos, portanto, o papel do testemunho do documentarista como modo de lidar com o esquecimento. Em linhas gerais, buscamos entender como se dão os processos de memória e

esquecimento em períodos de regimes políticos autoritários, neste caso, o contexto da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Mais especificamente, para os objetivos deste trabalho, realizamos entrevistas com três documentaristas brasileiras, que produziram obras audiovisuais do gênero documentário sobre este período. As três obras são posteriores ao regime e tem como característica comum o resgate de testemunhos em vias de esquecimento sobre as atrocidades sofridas por familiares. As entrevistas foram realizadas em julho e agosto de 2020 com as documentaristas Isa Grinspum Ferraz, Maria Clara Escobar e Flavia Castro, diretoras dos respectivos documentários *Marighella* (2012), *Os dias com ele* (2013) e *Diário de uma busca* (2010). As entrevistadas foram escolhidas porque possuem em comum o fato de terem, em suas famílias, pessoas que participaram ativamente contra a ditadura civil militar e que sofreram represálias. As atrocidades perpetradas pelo governo estão presentes de distintas maneiras na biografia de cada uma delas. Buscamos descrever essas vivências e apontar elementos dessas experiências que compõem a proposta documental das diretoras.

O ato institucional nº 5 e as violações dos Direitos Humanos

No Brasil, em 13 de dezembro de 1968, o país passou a ser regido pelo Ato Institucional nº 5 (AI- 5). Sob o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a repressão atingiu seu mais alto nível. Nesse contexto, segundo Márcio Moreira Alves (1996), não houve justificativa alguma para as torturas. A partir do momento em que as torturas passaram a ser usadas em larga escala, todos se sentiram ameaçados. Assim, “o método se transformou em uma ameaça generalizada”. (Alves, 1996, p. XVI).

A tortura foi adotada como uma prática eficaz pelos órgãos de repressão. Depois de um tempo, não só a polícia torturava. O Exército Nacional e a Marinha de Guerra torturavam e promoviam a tortura de prisioneiros. A tortura, portanto, tornou-se um processo na construção da sociedade brasileira.

[...] uma senhora católica, possuidora do que se convencionou chamar de “boa educação” e, pessoalmente, bastante generosa, disse-me: “está na hora de taparmos os ouvidos, calarmos a boca e fecharmos os olhos e deixarmos que eles acabem com os comunistas. (Alves, 1996, p.21).

Os métodos praticados pelos militares envolviam, conforme o relatório final da Comissão Nacional da Verdade — elaborado em dezembro de 2014 — diferentes práticas que violavam os Direitos Humanos. Entre elas: a detenção (ou prisão) ilegal ou arbitrária; execução sumária, arbitrária ou extrajudicial, e outras mortes imputadas ao Estado; desaparecimento forçado e ocultação de cadáver e tortura.

A Ditadura Civil Militar no Brasil teve início sem possuir um verdadeiro propósito que beneficiasse a sociedade brasileira. Pelo contrário, foi responsável por matar centenas de pessoas, desaparecer com tantas outras e modificar para sempre a vida daqueles que sobreviveram aos difíceis anos sob um regime de exceção.

Documentários, documentaristas e representações de memórias

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória é a recriação do passado inscrito no presente. Portanto, ela só existe se é compartilhada. Nem mesmo a nossa memória individual, segundo o autor (1990), existe completamente sozinha, está sempre acompanhada de algo, alguém, ou algum sentimento. “As nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros,

mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs, 1990, p.16).

Outro elemento que constitui a memória são os lugares de memória, isto é, museus, monumentos, celebrações, jornais, livros, filmes, entre outros. Os lugares de memória abrigam também as histórias não contadas oficialmente ou admitidas sobre o passado violento. A criação de um local de memória se orienta no sentido de romper com a lógica do silenciamento que normalmente é imposta após momentos de graves violações de direitos humanos, como as ditaduras. E, assim, valorizar as vozes das vítimas consolidando a representação de suas memórias no intuito de que as graves violações ocorridas no passado não se repitam.

É nesse contexto, de (re)construir narrativas e lidar com a memória, que o documentário está inserido. Segundo Levin (2016), praticantes [do documentário] são, ao que parece, ainda movidos pelo preservar, mostrar, reportar, explicar, persuadir e advogar. É, ainda de acordo com Levin (2016), um impulso que está constantemente buscando novos caminhos, novas formas de captar o histórico-social, ou tratando a realidade e as novas formas de se conectar com o público.

Para Cássio Tomaim (2019), o documentarista lida com fragmentos, com restos de imagens e sons de outras épocas. Também manipula testemunhos, na intenção de oferecer a sua visão do passado. Assim, de acordo com o autor (2019), são as suas escolhas que determinam o que será lembrado e esquecido por uma memória coletiva por meio do audiovisual.

O documentarista atua, portanto, como um catador de memórias, motivado a recolher todo e qualquer vestígio de memórias e de histórias que foram abandonadas. Quando o documentarista se interessa pelo passado, por um tema histórico, não lhe resta muito mais do que vestígios e

testemunhas, o que faz deste tipo de cinema uma atividade “artesanal da memória” vocacionada a preservar/armazenar uma memória experiencial do vivido. (Tomaim, 2019, p.99).

A memória sofre sempre transformações e o documentário lida apenas com o substrato dela. O documentarista se esforça, portanto, para manusear essa dicotomia, recolhendo e armazenando estas memórias.

O testemunho como agente contra o esquecimento

O silêncio é uma marca impressa na memória da ditadura civil militar brasileira, silêncio esse construído pelos próprios atores ou imposto por uma conjuntura social. Desta forma o não reconhecimento dessas memórias gera injustiça histórica. Muitos desses atores "não foram reconhecidos por suas escolhas, dentre elas, a mais importante, a de permanecer no Brasil e, no anonimato, continuar a luta revolucionária". (Scarpelli, 2009, p. 227). Como consequência dos atos violentos do governo durante a ditadura civil militar, os militantes tiveram que se adaptar às mudanças bruscas no modo de interagirem com seus familiares, já que muitos partiram para o exílio e outros para a clandestinidade.

Os militantes eram vistos perante a sociedade brasileira como terroristas que colocavam em risco a família brasileira. Essa narrativa criada pelos militares contribuiu para a criação de mitos relacionados àqueles que resistiam e se impunham contra o golpe militar. Os familiares dos militantes políticos, segundo Fatima Maria Leite Cruz e Maria de Fátima de Souza Santos (2017), passaram também a ser considerados um grupo excluído e marginalizado socialmente.

O testemunho é marcado em permitir o uso da palavra por aqueles que tradicionalmente se encontram excluídos e marginalizados das narrativas oficiais da história. “Portanto, narrar, esquecer, lembrar, contar são procedimentos ambíguos em constante luta no interior do sujeito narrador e na exterioridade dos textos-testemunho. A memória existe ao lado do esquecimento, um complementa e alimenta o outro.” (Reis, 2007, p.80).

Nesse sentido, o testemunho se consolida como uma necessidade de sobrevivência, é a necessidade de narrar, de contar algo relacionado a um evento traumático. O testemunho colabora, portanto, para que a barreira entre os sobreviventes e os outros seja quebrada. E, por fazer parte da memória, o testemunho faz com que a memória individual ganhe uma dimensão coletiva.

Testemunhar além de ser uma forma de resistência para as vítimas da ditadura civil militar acaba sendo também, uma forma de encontrar equilíbrio para continuar sobrevivendo após um trauma. De certa forma, esse mesmo sentimento acontece com as documentaristas Isa Grinspum Ferraz, Maria Clara Escobar e Flavia Castro, porque é por meio dos depoimentos dados a elas, em seus documentários, que foi possível também que as documentaristas entendessem suas próprias dores e suas histórias. A memória dos familiares se confunde com a memória dos próprios militantes. A verdade não é única, não é fixa. Um determinado evento pode despertar lembranças diferentes em cada indivíduo. Para uns um fato pode ser completo e importante, para outros o mesmo fato é algo insignificante e corriqueiro. De toda forma, essas memórias que se encontram fora da história oficial, devem ser levadas em consideração.

As relações familiares no contexto da ditadura civil militar

Isa Grinspum é socióloga e cineasta, seu primeiro filme como diretora foi o documentário Marighella, que conta a história do seu tio Carlos Marighella, finalizado em 2012. Maria Clara Escobar é formada pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro e trabalha como roteirista desde os 15 anos. Já Flavia Castro é também uma cineasta. Aos cinco anos de idade, teve que deixar o país com seus pais, exilados pela ditadura civil-militar no Brasil. Morou no Chile, na Argentina, na Bélgica e na França, voltando para o Brasil em 1979, com a Anistia³.

A ditadura foi um momento histórico, mas ela corresponde também a um tempo de vida, da minha infância, por isso é tão complexo de definir. Quando eu penso na minha infância militante, que é muito entrecortada, porque eu vivi a ditadura não só aqui [no Brasil], eu penso em uma infância muito rica e muito viva. Mesmo que tivesse momentos terríveis, realmente muito duros, ela é também foi um momento muito especial, porque a gente estava conectado com questões muito maiores do que só a nossa vida pessoal, tinha muita essa coisa do coletivo que eu lembro com muita alegria. (Flavia Castro, comunicação pessoal, 19 de agosto de 2020).

Nesse sentido, Muñoz (2003), recorda que para Hannah Arendt o processo de compreensão pode ser visto também como um processo de autocompreensão que significa a reconciliação consigo mesmo. Isso não quer dizer, no entanto, a superação do passado e o perdão pelo o que ocorreu, mas somente saber o que aconteceu e suportar esse conhecimento e o que resulta dele.

Carlos Marighella teve uma participação bem conhecida, desde os tempos de Getúlio Vargas, em movimentos de resistência aos regimes totalitários brasileiros. Filho de um imigrante italiano, operário metalúrgico, mecânico e ex-motorista de caminhão de lixo e de uma baiana e ex-empregada

³ Anistia é o ato jurídico em que crimes políticos cometidos dentro de um determinado período de tempo são esquecidos. No Brasil, a Lei de Anistia de 1979 permitiu o retorno de todos os acusados de crimes políticos no período do regime militar.

doméstica, negra e filha livre de escravos africanos trazidos do Sudão, viveu grande parte de sua vida na clandestinidade e sabia “de cor e salteado” as regras a serem seguidas à risca para sobreviver. Em um trecho do documentário Marighella, a própria Isa Grinspum Ferraz narra uma das razões que a levou a fazer o filme: a busca por compreender quem foi seu tio.

Carlos Marighella era o inimigo número um da ditadura militar. Em 1969 ele foi assassinado em uma rua de São Paulo. Eu acho que esse filme começou a ser feito nesses dias, porque eu sempre quis saber quem foi afinal Carlos, esse tio querido e proibido que viveu quase 40 anos clandestino sem deixar pistas. (Voz de Isa Grinspum Ferraz em narração de trecho do filme Marighella, 2012).

Durante a entrevista gravada em julho de 2020, Isa Grinspum Ferraz recorda como a história da sua família está conectada com a própria história do país:

A história da ditadura civil militar está muito entrelaçada com a história da minha família. A minha família é uma família de esquerda, eu cresci nesse ambiente. Meus pais e todos os meus tios faziam parte desse movimento. A gente estudou em escolas de esquerda. A gente estudou onde hoje é a Casa do Povo, ali no Bom Retiro. Todos os meus familiares eram engajados de algum jeito nessas questões políticas, mais ou menos, claro que o meu tio Marighella era o mais engajado de todos, era o mais intenso. A gente acompanhava as notícias... A guerra do Vietnã, a gente torcia pelos vietcongs (risos). Eu sempre estive imersa nisso. (Isa Grinspum Ferraz, comunicação pessoa, 27 de julho de 2020).

Já em um outro trecho do filme "Marighella", Clara Charf, viúva do militante, comenta sobre um episódio marcante de sua vida durante a clandestinidade. Ela relembra o fato de que Marighella dizia para que ela não dessa nenhuma risada em público, porque seu riso era tão característico que poderia chamar a atenção dos militares e colocar em risco a segurança dos dois. Ao contar essa história, Clara se emociona ao lembrar que até o riso, um ato tão simples, passava por uma autocensura.

Isa Grinspum Ferraz relembra esse depoimento de Clara, sua tia, durante a entrevista realizada em 2020:

Eu tinha colocado aquela cena em que a tia Clara ri e chora ao mesmo tempo. É uma das cenas mais fortes do filme. E, em um dos cortes, eu tirei. Eu mostro [os cortes] sempre para o meu marido e para os meus filhos, eles são os meus críticos masters. Quando o João, meu filho mais velho, viu, ele disse, “mãe, você tirou a tia Clara chorando, é a despedida que ela nunca pôde ter dele”. Aí eu voltei com a cena. E é uma das cenas que mais chama a atenção das pessoas. (Isa Grinspum Ferraz, comunicação pessoa, 27 de julho de 2020).

O silenciamento realizado pelo próprio Estado repercute nas relações familiares. No entanto, por mais que tentem ser silenciadas e marginalizadas, essas memórias continuam presentes e vivas na vida das pessoas. Ao testemunhar o trauma vivido, as vítimas da ditadura e seus familiares passam por um processo de autoconhecimento. Ou seja, buscam entender o que aconteceu como forma de cicatrizar as feridas deixadas pelo tempo.

Nos documentários de Flavia Castro e Maria Clara Escobar, essa busca pela reconstrução de uma cronologia familiar é evidente. Flávia revisita a sua infância para entender a morte do pai; já Maria Clara Escobar vai ao encontro do pai, em outro país, para tentar preencher as lacunas deixadas por ele durante o seu crescimento.

A documentarista Flavia Castro dirigiu o documentário “Diário de uma busca”, lançado em 2010. Era outubro de 1984, quando Celso Castro, seu pai, foi encontrado morto no apartamento de um ex-oficial nazista. Para justificar a morte do jornalista com uma longa história de militância, a polícia na época sustentava a hipótese de que se tratava de um suicídio. No filme, Flavia reconstrói por meio de depoimentos de familiares e amigos próximos do pai, sua história de vida e de morte. Para isso, a diretora volta a Porto Alegre no Rio Grande do Sul, a Santiago no Chile, a Buenos Aires

na Argentina, a Caracas na Venezuela e a Paris na França, cenários que fizeram parte do exílio familiar, da ilusão dos seus pais de quererem uma revolução e do fracasso de um projeto político que impactou diretamente a vida de Flavia, seu irmão Joca e sua meia irmã Maria.

A maior questão era qual imagem iria ficar do meu pai nesse filme. Se eu iria conseguir o que eu queria, que era um equilíbrio. Eu não queria fazer dele um herói, porque eu acho que ele não foi um herói. Mas eu acho que ele era uma figura que podia tocar muitas outras pessoas por conta da experiência dele, dessa militância. (Flavia Castro, comunicação pessoal, 19 de agosto de 2020).

Ela continua falando sobre sua experiência:

Durante o Diário de uma busca eu me deparava com testemunhos da minha mãe sobre um determinado evento que a gente tinha vivido todo mundo junto, eu tinha textos do meu pai e meu próprio diário. E cada um contava as mesmas coisas, que eram coisas fortes e difíceis, de maneiras completamente diferentes. (Flavia Castro, comunicação pessoal, 19 de agosto de 2020).

A fragilidade da memória é percebida também no filme de Maria Clara Escobar. Ela é filha de Carlos Henrique Escobar, filósofo, dramaturgo e integrante de movimentos de luta armada durante a ditadura. Maria Clara faz da relação com o pai a espinha dorsal de seu documentário.

A relação com a ditadura militar vem de antes, vem desde a infância. Por ser filha do meu pai - ele estava sempre em assembleias, estava na formação do Partido dos Trabalhadores - a política sempre fez parte da minha vida de alguma forma. A ditadura em si, além de eu ter estudado na escola, meu pai às vezes me falava coisas. Ele jogava dados sobre essa época, mas de um jeito meio misterioso. Por exemplo, lá no Rio tinha aquela famosa Casa da Morte, em Itaipava, da qual sobreviveu apenas uma mulher. Em algum momento ele falou isso, que era amigo dessa única mulher que sobreviveu. Ele descrevia a casa, falava que ela ficava em uma ladeira. Ele ia falando coisas que formavam imagens na minha cabeça Maria Clara Escobar, comunicação pessoal, 03 de agosto de 2020).

O filme é não apenas uma reflexão das lacunas na relação entre os dois, mas também sobre a experiência do pai que foi torturado, e como esse evento afetou sua vida.

Especialmente sobre a tortura que era algo que eu tinha muita curiosidade de tentar entender o que era, ou como eu podia entender. Porque para mim é quando um certo limite é ultrapassado, porque vira uma experiência corpórea, física. E muda para sempre a sua relação com o mundo. Ele [meu pai] contava essa cena, de quando a polícia chegou, muitas vezes, e de formas completamente diferentes. É interessante como a lembrança não é uma coisa fixa (Maria Clara Escobar, comunicação pessoal, 03 de agosto de 2020).

Notamos como o esquecimento está nas entrelinhas do que é dito e do que não é dito, do que é lembrado e do que não é. Por estar conectado com a memória, sofre uma influência que parte das mais diversas relações. Podemos observar isso nos documentários e até mesmo nos depoimentos durante as entrevistas. Um mesmo acontecimento tem grande importância para uns e é totalmente ignorado por outros. Nas falas de Isa, Maria Clara e Flavia vemos também como testemunhar e ouvir testemunhos foi um passo importante para compreenderem a si mesmas.

Considerações Finais

O papel do testemunho do documentarista como modo de lidar com o esquecimento é evidente, tanto nos depoimentos das documentaristas dados durante as entrevistas feitas em 2020, quanto nos seus próprios documentários. O testemunho atua como uma forma de compreender não apenas as histórias pessoais das diretoras, mas também de compreender por meio de seus entrevistados o que foi e como foi a ditadura civil militar no país.

A história e a memória vivem entrelaçadas e são feitas a partir de conflitos entre o que é tido como oficial e as lembranças pessoais de cada um, que muitas vezes acabam sendo ignoradas e

marginalizadas. Mas a verdade nunca é uma só; é sempre questionada e faz parte da criação das narrativas, tanto individuais, quanto coletivas de um povo.

Os brasileiros e as brasileiras que foram vítimas de um regime de exceção que durou vinte e um anos têm que lidar com a irresponsabilidade política de retratação histórica que lhes faltam. Durante o período ditatorial, pessoas foram perseguidas, mortas, torturadas e algumas continuam até hoje desaparecidas. Quem sobreviveu lida com a impunidade de quem os violentou e luta contra o esquecimento; os documentários apresentados aqui são um exemplo disso. Até hoje pouquíssimas pessoas foram de fato responsabilizadas pelas atrocidades cometidas entre 1964 e 1985.

Logo, buscamos mostrar as vivências e experiências das documentaristas Isa Grinspum Ferraz, Maria Clara Escobar e Flavia Castro, tanto como profissionais lidam com o esquecimento e com o testemunho, mas também como partes ativas dos mesmos. As experiências que compõem a proposta de seus documentários surgem a partir dos próprios questionamentos das diretoras com o seu passado familiar durante a ditadura civil militar no Brasil.

Portanto, o uso do relato testemunhal para a reconstituição do passado é marcado pela relação de tensão entre memória e história. Nesse contexto de embate, o testemunho é um recurso que ajuda a compreender os episódios terríveis que ocorreram na ditadura. Compreender e relembrar é a melhor forma de evitar repetições dos erros do passado.

Referências

Moreira Alves, M. (1996). Torturas e Torturados. Empresa Jornalística Pn.

Arns, P. E. (1985). Brasil: Nunca Mais (4 ed.). Vozes.

Nacional da Verdade, C. (2014). Relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571

Le Goff, J. (1990). História e memória. Unicamp. <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>

Halbwachs, M. (1990). A memória Coletiva. Revista dos Tribunais Ltda.

Leite Cruz, F. M., & de Souza Santos, F. (2017). As mães de filhos mortos/desaparecidos na ditadura militar no Brasil: da luta política das mulheres à inserção no espaço público. L'Ordinaire des Amériques.

<https://journals.openedition.org/orda/3518>

Grinspum Ferraz, I. (Director). (2012). Marighella [Film].

Escobar, M. C. (Director). (2013). Os dias com ele [Film].

Reis, L. (2020). Testemunho como Construção da Memória. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Direitos Humanos.

<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/33/artigo5.pdf>

Tomaim, C. (2019). Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. Significação. <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/147902>Tomaim, C.

Tomaim, C. (2016). O documentário como “mídia de memória”: afeto, símbolo e trauma como estabilizadores da recordação. Significação.

<http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/111443/116771>